



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
Processo de Compra nº 579/2018-2

**EDITAL DO PROCESSO DE COMPRA Nº 579/2018-2
PREGÃO ELETRÔNICO**

Objeto: Aquisição de 4 (quatro) unidades, de 2 (duas) licenças cada, do software Microsoft SQL Server 2017 Standard, downgrade 2016, totalizando licenças para 8 (oito) cores, SKU: 7NQ-00187 - SQLSvrStdCore LicSAPk OLV 2Lic D 3Y AqY1 AP CoreLic, com Software Assurance por não menos que 3 (três) anos, e treinamento "Microsoft 20764 – Administering a SQL Database Infrastructure", conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I, parte integrante deste Edital.

Registro de Preços: Não

Exclusiva ME/EPP: Não

Margem de Preferência: Não

Valor Total Estimado: R\$ 104.564,20

Data e local da disputa: 14/12/18, até as 13h00 para inserir propostas; e, às **14h00** início da disputa, no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br

Licitação nº BB: 748093

Vistoria: Não se aplica

Amostra/Material ou Manual Técnico Ilustrativo: Não se aplica

Laudo/Certificado: Ver Anexo I

Documentos de Habilitação

Vide Anexo II

Prazos

Envio proposta e documentação por meio eletrônico	3 horas úteis após solicitação do pregoeiro	Envio proposta e documentação originais	3 dias úteis após solicitação do pregoeiro
Pedido de esclarecimentos	Até 3 dias úteis anteriores ao pregão	Impugnação	Até 2 dias úteis anteriores ao pregão

Endereço eletrônico para todas as tratativas referentes ao presente certame

licita@trt15.jus.br

Telefones

(19) 3232-8519 ou 3231-9500 ramais 2521/2523/2580



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
Processo de Compra nº 579/2018-2

EDITAL DO PROCESSO DE COMPRA Nº 579/2018-2 PREGÃO ELETRÔNICO

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica, tipo menor preço, regida pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, em especial pelo disposto no Decreto nº 5.450/2005, na Lei Complementar 123/2006, no Decreto nº 8.538/2015 e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e demais condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

Aquisição de 4 (quatro) unidades, de 2 (duas) licenças cada, do software Microsoft SQL Server 2017 Standard, downgrade 2016, totalizando licenças para 8 (oito) cores, SKU: 7NQ-00187 - SQLSvrStdCore LicSAPk OLV 2Lic D 3Y AqY1 AP CoreLic, com Software Assurance por não menos que 3 (três) anos, e treinamento "Microsoft 20764 - Administering a SQL Database Infrastructure", conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I, parte integrante deste Edital, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados na licitação - campo "mensagens" do site www.licitacoes-e.com.br.

2. DAS DATAS E DO ENDEREÇO ELETRÔNICO

- | | |
|--|---|
| a. Recebimento das Propostas: | Até as 13h00 do dia 14/12/2018 |
| b. Início da disputa de preços: | 14/12/2018, às 14h00 |
| c. Endereço Eletrônico: | www.licitacoes-e.com.br |

Todos os horários estabelecidos neste edital observarão o horário de Brasília/DF

2.1. Caso ocorra qualquer circunstância que impeça a realização da disputa na data designada, será aberta a sessão no dia útil subsequente, no mesmo horário. Eventual desconexão do(a) Pregoeiro(a) ou indisponibilidade do sistema eletrônico durante o correr da disputa encontra-se regulada no item 6.11. do presente.

2.2. Prevalecerão os termos do presente Edital, na hipótese de eventuais divergências com as informações postadas no sistema de licitações do Banco do Brasil (www.licitacoes-e.com.br).

3. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

3.1. Os interessados em participar do Pregão eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), para o acesso ao sistema eletrônico, obtidas nas agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País.

3.1.1. É de exclusiva responsabilidade do licitante o uso da senha de acesso ao sistema eletrônico, quer pelo seu representante, quer por terceiros, ainda que indevidamente.

3.2. Eventuais dúvidas relativas ao sistema www.licitacoes-e.com.br poderão ser sanadas pelos telefones do "BB Responde": 4004-0001 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800-7290001 (demais localidades), ou 3003-0500 (Suporte Técnico) e por meio do site <http://www.licitacoes-e.com.br>, opção "Solicitação de Credenciamento no licitações".

3.3. É vedado a uma só pessoa física representar mais de uma empresa neste Pregão.



3.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da Proposta de Preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados rigorosamente a data e horário limites estabelecidos no item 2, alínea "a" para o recebimento das propostas.

4.1.1. O acesso para a informação dos dados deverá ser feito na página inicial do site www.licitacoes-e.com.br, opção "**Acesso Identificado**".

4.1.2. O licitante deverá OBRIGATORIAMENTE enviar sua proposta comercial, por meio eletrônico, conforme instruções do sistema.

4.1.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, declarando como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S.A. (órgão provedor do sistema) ou ao TRT, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, antes de registrar sua proposta, o tipo de segmento quanto ao faturamento, que **cumprir plenamente os requisitos de habilitação**, bem como que **a proposta está em conformidade com as exigências editalícias**, sujeitando-se às sanções previstas neste instrumento convocatório, na hipótese de prestação de declaração falsa.

4.3. Não será admitida nesta licitação a participação de interessados:

4.3.1. Em processo de falência, de recuperação judicial, extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

4.3.2. Que estejam enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93.

4.3.3. Que possuam registros impeditivos de contratação em nome da empresa e de seus sócios no:

4.3.3.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, no sítio www.portaltransparencia.gov.br;

4.3.3.2. Cadastro de Empresas Apenadas deste E. Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (<http://portal.trt15.jus.br/empresas-apanadas>);

4.3.3.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça (CNIA obtida em http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

4.3.3.4. Sistema de empresas Inabilitadas e Inidôneas do Tribunal de Contas da União nos termos do artigo 46 da Lei Federal nº 8.443/1992 – LOTCU, (obtida em <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/responsabilizacao/inidoneos>);

4.3.4. Qualificados como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), atuando nessa condição – TCU, Acórdão 746/2014, Plenário;

4.3.5. Que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;



4.3.6. Estrangeiras que não funcionem no País

5. DA PROPOSTA ELETRÔNICA

5.1. O licitante deverá consignar em campo próprio do sistema eletrônico (www.licitacoes-e.com.br), até a data e horário marcados para recebimento das propostas, o **VALOR TOTAL DO LOTE (de acordo com o especificado no Anexo I – Termo de Referência)**, expresso em Reais, em algarismos, já considerados todos os impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outras despesas.

5.2. O critério de aceitabilidade dos preços será de acordo com os valores praticados no mercado, observados os valores estimados por este Tribunal (Anexo I).

6. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Até o prazo limite para acolhimento das propostas, previsto no item 2, alínea "a", os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

6.2. A partir do horário previsto no item 2, alínea "b", a sessão pública será aberta por comando do(a) Pregoeiro(a).

6.3. O(A) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

6.3.1. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) Pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.5. Classificadas as propostas, o(a) Pregoeiro(a) dará início à fase competitiva, no horário previsto no item 2, alínea "b".

6.6. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7. Em caso de empate, prevalecerá o lance que for recebido e registrado primeiro.

6.8. Só se aplica o sorteio quando houver empate entre as propostas e ausência de lances.

6.8.1. Caso ocorra o empate previsto no item 6.8, o sorteio das empresas em situação de empate ocorrerá no 1º dia útil posterior à disputa, às 14 horas, no Auditório do Edifício-Sede Administrativo, localizado na Rua Doutor Quirino, 1.080, 5º andar, Centro, Campinas/SP, na presença dos licitantes e demais pessoas que comparecerem para assistir ao ato público

6.9. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor de menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.



6.11. No caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.11.1. Quando a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão na forma eletrônica poderá ser suspensa e reiniciada somente após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

6.11.2. Na hipótese de ocorrência de total indisponibilidade do sistema eletrônico, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, que deverá ser retomada às **14h00** do dia útil subsequente.

6.12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do(a) Pregoeiro(a). O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até **30 (trinta) minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, será assegurada às microempresas e às empresas de pequeno porte, como critério de desempate, preferência de contratação desde que as propostas apresentadas sejam (art. 44, § 2º, da Lei Complementar 123/2006) até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço ofertado na fase de lances, observado o seguinte procedimento:

7.1.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor preço, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após a convocação do(a) Pregoeiro(a), situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

7.1.2. Não havendo apresentação de proposta na forma do subitem 7.1.1, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que se enquadrem na hipótese do subitem 7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.1.3. O não exercício do direito de preferência ensejará a adjudicação do objeto licitado em favor da proposta originalmente vencedora.

7.1.4. O disposto no subitem 7.1 somente será aplicado quando o melhor preço ofertado na fase de lances não houver sido apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.2. A microempresa ou a empresa de pequeno porte que desejar fazer jus ao direito de preferência outorgado pela Lei Complementar nº 123/06, deverá observar o disposto no subitem 12.5 e subsequentes.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1 Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.



8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

8.2.1. contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.2.2 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.2.3. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos.

8.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do §3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.4.1. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam o pedido.

8.5. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da proposta, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.6. O(A) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" prazo mínimo de 30 (trinta) minutos, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1. O prazo estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a) poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo(a) Pregoeiro(a).

8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8. Sempre que a proposta não for aceita, ou houver desclassificação ou inabilitação, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC 123/2006.

9. DA NEGOCIAÇÃO

9.1. Poderá o(a) Pregoeiro(a), encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas no edital.

9.1.1. Todo o procedimento indicado no subitem 9.1 poderá ser acompanhado pelos demais licitantes.

9.1.2. A negociação será realizada exclusivamente pelo canal de comunicação (chat) existente no sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

10. DA PROPOSTA ATUALIZADA DE PREÇOS



10.1. A empresa detentora do menor lance deverá encaminhar, **no prazo de 3 (três) horas úteis**, contadas da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema eletrônico, a **Proposta Atualizada de Preços**, readequada ao lance vencedor ofertado, devidamente preenchida conforme modelo do Anexo III, por fac-símile (19) 3236-1162, ou por meio eletrônico (licita@trt15.jus.br). Deverá encaminhar, ainda, os documentos de habilitação conforme item "DA HABILITAÇÃO" deste edital. O envio dos originais/autenticados, ocorrerá em momento posterior, conforme disposto no subitem 12.5.3.

10.1.1. A Proposta Atualizada de Preços deverá ser datilografada ou digitada, vedada sua apresentação manuscrita, sem emendas, adendos ou rasuras, e **devidamente assinada pelo representante legal da empresa**, não se admitindo, no preenchimento dos valores, o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente.

10.1.2. Considera-se, para efeito de **hora útil**, o horário compreendido entre **08 e 18 horas, de segunda a sexta-feira, com exceção de feriados e recessos forenses**.

10.2. Por ocasião da apresentação da Proposta Atualizada de Preços, a empresa deverá informar seus dados bancários, tais como número da conta e dígito, número da agência e dígito e nome do banco (ver Anexo III).

11. DA VALIDADE DA PROPOSTA

11.1. As propostas apresentadas terão validade mínima de 90 (noventa) dias, contados da data de encerramento da sessão pública do pregão.

11.2. A recusa do licitante em atender a este prazo mínimo, ainda que outro menor conste de sua proposta, poderá ensejar a aplicação da penalidade prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002, conforme disposto no item deste instrumento denominado "DAS SANÇÕES".

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. O(A) Pregoeiro(a) verificará, previamente à fase de habilitação, a existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos cadastros impeditivos de licitar ou contratar, em nome da empresa e de seus sócios.

12.2. Somente será julgada habilitada a empresa que apresentar toda a documentação em conformidade com as exigências estabelecidas no Anexo II deste Edital.

12.2.1. Os documentos de habilitação relacionados no Anexo II e as declarações constantes dos Anexos a este instrumento denominados "MODELO DE DECLARAÇÕES GERAIS" e "MODELO DE DECLARAÇÃO ME/EPP", deverão ser remetidos, via endereço eletrônico ou fac-símile, **nos mesmos termos especificados no subitem 10.1.**, a partir da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema licitacoes-e.

12.3. Os documentos necessários à habilitação deverão estar válidos na data da abertura da sessão.

12.4. O(A) Pregoeiro(a) procederá à conferência de todos os documentos que ensejem sua verificação na *Internet* e, quando não enviados, imprimirá os que se encontrarem disponíveis.

12.5. A microempresa ou a empresa de pequeno porte que desejar fazer jus ao direito



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
Processo de Compra nº 579/2018-2

de preferência outorgado pela Lei Complementar nº 123/06, deverá comprovar a conformidade com os incisos I ou II do art. 3º da referida Lei, por meio do envio, no prazo estabelecido no subitem 10.1., do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social exigível ou do Imposto de Renda onde conste a Receita Bruta do mesmo exercício. Outrossim, deverá apresentar declaração, devidamente assinada por seu representante legal, de que faz jus aos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/06 (MODELO DE DECLARAÇÃO ME/EPP) anexa a este instrumento.

12.5.1. Não comprovada a conformidade com o subitem 12.5, a empresa ficará sujeita à aplicação das sanções descritas no item "DAS SANÇÕES" deste Edital.

12.5.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado à microempresa ou à empresa de pequeno porte, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e apresentação de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.5.2.1. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 12.5.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.5.3. A arrematante deverá encaminhar os documentos de habilitação bem como a proposta na forma original/autenticado e todos anexos, de forma presencial ou por remessa, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema de licitacoes-e, conforme endereço abaixo:

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
A/C Coordenadoria de Licitações
Rua Dr. Quirino, nº 1.080 - 5º andar - Centro
Campinas/SP - CEP 13015-081

13. DO JULGAMENTO E DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

13.1. No julgamento da habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.2. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

13.3. No caso de inabilitação verificar-se-á novamente a eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC 123/2006. O (a) Pregoeiro(a) examinará as propostas subsequentes, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências. O(A) Pregoeiro(a) poderá negociar com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13.4. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, será declarado o vencedor e adjudicado a este o objeto do certame, sendo o adjudicatário para retirar a nota de empenho no prazo e condições definidos no item "PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO" do Termo de Referência - Anexo I ao Edital.

13.4.1. Uma vez declarado o vencedor, será a ele adjudicado o objeto do



certame, tão somente, na hipótese da inexistência da interposição de recurso.

13.5. Da sessão pública do Pregão lavrar-se-á ata circunstanciada, que estará disponibilizada na *Internet* para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão.

14. DOS RECURSOS

14.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão, manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, com registro da síntese de suas razões, **no prazo máximo de até 120 (cento e vinte) minutos**, findo o qual restará inquestionável, por via de consequência, a preclusão do direito de recorrer.

14.1.1. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais licitantes, a partir de então, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.1.2. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.2. Eventual recurso deverá ser dirigido ao Senhor Diretor-Geral deste E. Tribunal, por intermédio do(a) Pregoeiro(a), e ser entregue no Protocolo Administrativo, localizado na rua Barão de Jaguará, 901, 4º andar, Centro, CEP 13015-927, Campinas/SP, no prazo definido no subitem 14.1.1.

14.2.1. Não obstante o disposto no subitem 14.2, o recurso deverá ser encaminhado, na mesma data por e-mail, ao endereço eletrônico licita@trt15.jus.br. O envio por e-mail não supre a necessidade disposta no subitem 14.2.

14.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a preclusão do direito de recorrer e a adjudicação do objeto pelo(a) Pregoeiro(a) ao vencedor.

14.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

15. DAS SANÇÕES

A empresa ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais, nos seguintes casos, garantidos o contraditório e a prévia defesa, observadas as disposições da Norma Operacional DIRAD/SE/MP nº 2, de 17 de março de 2017:

- I - não apresentar documentação exigida para o certame;
- II - apresentar declaração falsa;
- III - ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- IV - não mantiver a proposta;
- V - falhar ou fraudar na execução do ajustado;
- VI - comportar-se de modo inidôneo, nos termos da lei;
- VII - cometer fraude fiscal;
- VIII - não retirar a Nota de Empenho

16. DO FORO



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
Processo de Compra nº 579/2018-2

Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Campinas - Justiça Federal do Estado de São Paulo - para dirimir toda e qualquer questão que derivar da presente aquisição.

17. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

17.1. Eventuais esclarecimentos e/ou providências referentes ao presente certame poderão ser solicitados ao(à) Pregoeiro(a) por quaisquer interessados, em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, através do e-mail licita@trt15.jus.br ou pelo telefone (19) 3231-9500, ramal 2521 ou 2523. O(A) Pregoeiro(a) decidirá sobre o pedido, disponibilizando as respostas diretamente no site www.licitacoes-e.com.br, no campo "MENSAGENS", no link correspondente a este Edital.

17.2. O ato convocatório deste pregão poderá ser impugnado por qualquer pessoa, física ou jurídica, até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico: licita@trt15.jus.br.

17.3. Considera-se, para efeito de dia útil, o período compreendido entre segunda e sexta-feira, das 08 às 18 horas, com exceção de feriados e recessos forenses.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Os julgamentos de recursos, as notificações de decisões, bem como a instrução para realização de atos pelas empresas poderão ser realizadas por transmissão eletrônica, fac-símile ou ofício, cujo envio será certificado pelo(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio.

18.2. Aplicam-se às omissões deste instrumento convocatório, os princípios e as disposições legais e regulamentares que regem a matéria, especialmente as indicadas no preâmbulo deste edital.

18.3. Este Instrumento de edital é proveniente de Termo de Referência devidamente aprovado pela autoridade competente, conforme inciso II, artigo 9º do Decreto 5.450/2005.

Campinas, 03 de dezembro de 2018.

André Scatuzzi
Pregoeiro(a) responsável pelos procedimentos
Artigo 11, Decreto 5.450/2005.



ANEXO I AO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Aquisição de 4 (quatro) unidades, de 2 (duas) licenças cada, do software Microsoft SQL Server 2017 Standard, downgrade 2016, totalizando licenças para 8 (oito) cores, SKU: 7NQ-00187 - SQLSvrStdCore LicSAPk OLV 2Lic D 3Y AqY1 AP CoreLic, com Software Assurance por não menos que 3 (três) anos, e treinamento "Microsoft 20764 - Administering a SQL Database Infrastructure", conforme especificações constantes neste Termo de Referência, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados na licitação - campo "mensagens" do site www.licitacoes-e.com.br.

2. ANÁLISE E ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

2.1. Requisitos Funcionais e Técnicos

LOTE 01		
Item 01 - Licenças Microsoft SQL Server 2016 Standard com Software Assurance		
Descrição / Justificativa da Necessidade	Classificação	Solução Atual
Para atender o software de gerenciamento do parque de microcomputadores Landesk 10.1 é mandatório utilizar o Microsoft SQL Server como sistema gerenciador de banco de dados, por ser este a única solução do tipo compatível. Com o objetivo de manter as aplicações atualizadas, atendendo a futuras atualizações do Landesk, e para contar com suporte do fabricante do software (Microsoft) na resolução de problemas e na manutenção contínua de configuração e performance ao longo de sua utilização, é indispensável a aquisição da opção Software Assurance (suporte e atualização de licenças) por não menos que 36 (trinta e seis) meses.	Requisito essencial.	A versão atual do Landesk é a 9.5, que ainda suporta o gerenciador de banco de dados Oracle. Não há licenças do Microsoft SQL Server disponíveis para a atualização.
Funcionalidade <ul style="list-style-type: none">Aquisição de 4 (quatro) unidades, de 2 (duas) licenças cada, do software Microsoft SQL Server 2017 Standard, downgrade 2016, totalizando licenças para 8 (oito) cores, SKU: 7NQ-00187 - SQLSvrStdCore LicSAPk OLV 2Lic D 3Y AqY1 AP CoreLic;Software Assurance (suporte e atualização de licenças) por não menos que 3 (três) anos.		

LOTE 02		
Item 01 - Treinamento em Microsoft SQL Server 2016		
Descrição / Justificativa da Necessidade	Classificação	Solução Atual
Treinamento padronizado pelo fabricante do software (Microsoft) em instalação e utilização do SQL Server, e ministrado por profissional também certificado pelo fabricante, de modo a garantir a	Requisito essencial	O Landesk 9.5 utiliza o gerenciador de banco de dados Oracle, para o qual houve treinamento



configuração e utilização corretas, seguras e eficazes do software, bem como a adequada transferência de conhecimentos à equipe envolvida em seu uso no Tribunal. É requerido em função da complexidade de instalação e da necessidade de conhecimentos técnicos avançados para manutenção contínua de sua configuração e performance, resultando na adequada utilização operacional do banco de dados e da aplicação Landesk.		especializado.
Funcionalidade <ul style="list-style-type: none">Treinamento oficial Microsoft "20764 - Administering a SQL Database Infrastructure", em língua portuguesa, ministrado por instrutor com certificação Microsoft na carreira "MCSA: SQL 2016 Database Administration"		

2.2. Outros Requisitos

Requisito	Tipo
O software adquirido deverá contemplar o "Software Assurance" - suporte técnico, atualizações, correções e upgrade da versão/release do produto, por período não inferior a 03 (três) anos	Software
O suporte técnico deverá ser efetuado através de telefone, isento de tarifação telefônica, tipo 0800, ou telefone fixo da cidade de Campinas e, quando disponível, também por correio eletrônico, devendo o diagnóstico/solução do problema ser obtido através deste	Software
O atendimento deve ser efetuado em língua portuguesa em horário comercial no período de segunda-feira a sexta-feira, dentro do prazo de até 2 (dois) dias úteis	Software
O software deverá ser fornecido acompanhado das respectivas mídias e licenças originais, devidamente registradas junto ao fabricante do software para a utilização do TRT 15ª Região	Software
Todo o material físico deverá ser industrializado, novo e acondicionado adequadamente em sua embalagem original lacrada	Software
Caso seja constatado defeito em qualquer mídia dos conjuntos, a empresa deverá providenciar a substituição da mesma, ou de todo o conjunto, se for o caso, em um prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da oficialização pelo TRT 15ª Região junto à empresa, do produto danificado	Software
O software deverá estar acompanhado de sua documentação técnica completa e atualizada, contendo os manuais, guias de instalação, certificados de garantia e outros documentos pertinentes. A documentação deverá ser fornecida em sua forma original, não sendo aceitas cópias de qualquer tipo	Software
O software deverá estar acompanhado de todos os "drivers", acessórios, conectores, chaves e demais dispositivos necessários ao seu perfeito e definitivo funcionamento	Software
A CONTRATADA deverá apresentar documentação comprovando o quantitativo de licenças de software adquiridas, bem como sua autenticidade e um conjunto de mídias contendo o software em	Software



português, em até 10 (dez) dias úteis a partir da data do recebimento da Contratada da nota de empenho. A critério do TRT 15ª Região, esse conjunto de mídias poderá ser substituído pelo acesso ao devido site para a realização do download do software e/ou de suas atualizações	
A CONTRATADA deverá estar oficialmente cadastrada no site https://www.microsoft.com/pt-BR/solutionproviders/search?customFilters=curatedLists,learning como Centro Autorizado de Treinamento ou apresentar declaração da empresa Microsoft que comprove ser a mesma autorizada a ministrar os treinamentos, além de fornecer os cursos oficiais Microsoft	Capacitação/Treinamento
A Contratada obriga-se a executar o treinamento em datas e horários programados pela Contratante, que as formalizará através de e-mail, ocorrendo em período máximo de 3 (três) meses a contar da data do recebimento da Contratada da nota de empenho	Capacitação/Treinamento
A CONTRATANTE solicitará por e-mail o agendamento da turma em dias úteis de segunda-feira a sexta-feira, informando um período entre 09h00 e 19h00, com até 09 (nove) horas diárias, já incluindo 01 (uma) hora para o almoço e eventuais intervalos para lanche. Os intervalos são, no máximo, um no período da manhã e um no período da tarde de até 10 (dez) minutos cada	Capacitação/Treinamento
A CONTRATADA deverá responder por e-mail as datas possíveis no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis	Capacitação/Treinamento
A CONTRATADA é obrigada a agendar turmas em dias consecutivos, somente sendo permitida a descontinuidade com prévia anuência da CONTRATANTE	Capacitação/Treinamento
As datas confirmadas pela CONTRATADA não poderão ser alteradas sem a anuência expressa da CONTRATANTE	Capacitação/Treinamento
O treinamento será ministrado para turma única com até 6 (seis) participantes, indicados pelo Tribunal	Capacitação/Treinamento
A CONTRATANTE poderá alterar os nomes e a quantidade de participantes da turma com até 03 (três) dias úteis de antecedência da data de início do respectivo curso	Capacitação/Treinamento
O treinamento deverá ser presencial e ministrado na modalidade "in company", no endereço Rua Barão de Jaguará, 901 - Centro - CEP: 13015-927 - Campinas/SP, ou em outro endereço, também na região central de Campinas/SP, indicado à época pela CONTRATANTE por e-mail	Capacitação/Treinamento
O treinamento deverá ser o oficial e padronizado pelo fabricante do SQL Server (Microsoft), correspondente ao conteúdo do curso "Microsoft 20764 - Administering a SQL Database Infrastructure", em língua portuguesa, e fornecido em sua versão mais recentemente disponibilizada pelo fabricante	Capacitação/Treinamento
O instrutor deverá ser profissional certificado oficialmente pela Microsoft na carreira "MCSA: SQL 2016 Database Administration"	Capacitação/Treinamento
A carga horária mínima do treinamento será de 36 (trinta e seis) horas (não se limitando a)	Capacitação/Treinamento
A CONTRATANTE disponibilizará uma sala com projetor e um microcomputador com acesso à internet por servidor, devendo os demais requisitos de equipamentos, softwares, licenças e	Capacitação/Treinamento



acessórios necessários para a viabilização dos treinamentos serem fornecidos pela CONTRATADA	
Os endereços a serem acessados devem ser fornecidos com antecedência de 5 (cinco) dias úteis para análise de segurança e liberação de acesso	Capacitação/Treinamento
A CONTRATADA deverá disponibilizar material didático meio de arquivo digital em língua portuguesa, ou, se indisponível, obrigatoriamente em língua inglesa	Capacitação/Treinamento
A CONTRATADA deverá emitir certificados de participação individuais mediante frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento), que deverão ser entregues em prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do último dia de treinamento	Capacitação/Treinamento
O pagamento dar-se-á após a entrega da nota fiscal do treinamento, a emissão e entrega dos certificados de participação individual e a emissão do termo de recebimento definitivo do treinamento pela equipe técnica do Tribunal, com prazo de pagamento de 10 (dez) dias úteis a contar da data do último requisito satisfeito.	Capacitação/Treinamento

2.3. Descrição Detalhada da Solução/Objeto

2.3.1. Detalhamento dos Bens e Serviços que Compõem a Solução

LOTE 01					
Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Classificação Bem/Serviço	Prazo de Garantia
1	Unidade com 2 (duas) licenças cada do software Microsoft SQL Server 2017 Standard, downgrade 2016, SKU: 7NQ-00187 - SQLSvrStdCore LicSAPk OLV 2Lic D 3Y AqY1 AP CoreLic, com Software Assurance por não menos que 3 (três) anos	Unid.	04	Serviço	Suporte técnico, correções e atualizações da versão/release da ferramenta por período não inferior a 3 (três) anos

LOTE 02					
Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Classificação Bem/Serviço	Prazo de Garantia
1	Treinamento oficial Microsoft "20764 - Administering a SQL Database Infrastructure", em língua portuguesa, ministrado por instrutor com certificação Microsoft na carreira "MCSA: SQL 2016 Database Administration"	Unid.	01	Serviço	Não se aplica

2.3.2. Modelo de Prestação do Objeto/ Forma de Execução dos Serviços ou Fornecimento dos equipamentos



1. Software MS SQL Server 2016 + Software Assurance: Entrega das licenças e arquivos necessários à correta e adequada instalação do Microsoft SQL Server em conjunto com documento oficial que garanta a prestação de serviço do sistema Software Assurance em até 10 (dez) dias úteis a partir da data do recebimento da Contratada da nota de empenho.

2. Treinamento oficial Microsoft "20764 – Administering a SQL Database Infrastructure", em língua portuguesa, ministrado por instrutor com certificação Microsoft na carreira "MCSA: SQL 2016 Database Administration", com carga horária mínima de 36 (trinta e seis) horas para até 6 (seis) pessoas, e executado em datas e horários programados pela Contratante, ocorrendo em período máximo de 3 (três) meses a contar da data do recebimento da Contratada da nota de empenho.

3. TERMOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

3.1. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

3.1.1. Deveres e Responsabilidades do Tribunal

DEVERES E RESPONSABILIDADES DO TRIBUNAL

- Zelar pela segurança dos equipamentos, evitando o manuseio por pessoas não habilitadas.
- Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, inclusive permitir o acesso dos técnicos do fornecedor às dependências do Tribunal onde os serviços serão executados.
- Relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades na prestação de serviços
- Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida.
- São obrigações da Contratante as resultantes da observância da Lei 8.666/93 e as descritas nos subitens abaixo.
- Receber provisoriamente o bem, disponibilizando local, data e horário.
- Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.
- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada.
- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.
- Efetuar os pagamentos no prazo previsto.

3.1.2. Deveres e Responsabilidades da Contratada

DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- Indicar um preposto para a contratação, sendo este o interlocutor da contratada junto ao Tribunal para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado por este Regional.
- Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.
- A contratada responderá integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Tribunal



ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

- Fornecer a seus técnicos todos os instrumentos necessários à execução dos serviços
- Submeter a relação dos técnicos credenciados a prestarem os serviços, devendo promover, de imediato, as substituições daqueles que, a critério do Tribunal, venham a demonstrar conduta nociva ou incapacidade técnica.
- O Tribunal poderá solicitar a substituição de técnicos cuja operação esteja em desacordo com a melhor técnica vigente, devendo a empresa alocar substituto com grau equivalente ou superior de qualificação técnica.
- Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não tem nenhum vínculo empregatício com o Tribunal.
- O fornecedor não poderá cobrar valores adicionais ao valor da contratação, tais como custos de deslocamento, alimentação, transporte, alojamento, trabalho em sábados, domingos, feriados ou em horário noturno, bem como qualquer outro valor adicional.
- Comprovar sempre que solicitado a aptidão técnica exigida dos técnicos que prestarão os serviços de treinamento, consultoria e suporte técnico.
- Garantir o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los.
- Dar plena e fiel execução à contratação, respeitando todas as cláusulas e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- Comunicar imediatamente quaisquer irregularidades que possam comprometer a eficiência, responsabilidade e qualidade dos serviços, dando ciência ao TRT 15ª Região, por escrito, para a adoção das providências cabíveis.
- Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Fiscal da Contratação em tempo nunca superior a 02 (dois) dias úteis, salvo por motivo justo e comprovadamente alheio à vontade da Contratada.
- Manter todas as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando, no que couber e sempre que solicitado, os documentos que comprovem as condições inerentes à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista, em consonância com a legislação vigente.
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

3.2. Procedimentos e Critérios de Aceitação

CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO				
Lote	Etapas/Entrega	Critério (Valor mínimo aceitável) e Indicador usado	Prazo/Periodicidade	Forma comunicação (aviso recebimento provisório / definitivo e outros)
1	Recebimento provisório	Os itens deverão ser entregues no TRT15/SETIC/CAU	Imediatamente após a entrega dos bens	A forma de comunicação se dará por meio de ofícios, e-mails ou chamados telefônicos. As notas fiscais e certidões poderão ser enviadas por e-mail ou entregues



				pessoalmente.
--	--	--	--	---------------

Lote	Etapa/Entrega	Critério (Valor mínimo aceitável) e Indicador usado	Prazo/Periodicidade	Forma comunicação (aviso recebimento provisório / definitivo e outros)
2	Recebimento definitivo	Após a constatação das características e quantidades entregues	Prazo de 15 dias corridos, contados do recebimento provisório, pela equipe de gestão da contratação, depois de verificadas a qualidade e a quantidade do material.	A forma de comunicação se dará por meio de ofícios, e-mails ou chamados telefônicos. As notas fiscais e certidões poderão ser enviadas por e-mail ou pessoalmente.

4. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Requisitos do Fornecedor	
Requisito:	Justificativa:
Para o treinamento, A CONTRATADA deverá estar oficialmente cadastrada no site https://www.microsoft.com/pt-BR/solutionproviders/search?customFilters=curatedLists,learning como Centro Autorizado de Treinamento ou apresentar declaração da empresa Microsoft que comprove ser a mesma autorizada a ministrar os treinamentos, além de fornecer os cursos oficiais Microsoft.	Mitigar o risco de contratação de fornecedores de baixa qualidade. O requisito publicamente minimiza essa possibilidade.
Instrutor do treinamento deve possuir certificação em MCSA: SQL 2016 Database Administration	Complexidade da ferramenta exige profissional com a certificação adequada à mesma

5. REGRAS PARA APLICAÇÃO DE SANÇÕES/ PENALIDADES

Evento	Ocorrência	Sanção
Atraso de até 2 (dois) dias úteis na entrega dos materiais que compõem o software Microsoft SQL Server 2016 e os respectivos dados necessários à formalização de sua licença	1	Aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor total da contratação.
Atraso entre 3 (três) dias uteis e 10 (dez) dias úteis na entrega dos materiais que compõem o software Microsoft SQL Server 2016 e os respectivos dados necessários à formalização de sua licença	2	Aplicação de multa de 1,0% (um por cento) ao dia sobre o valor total da contratação.
Atraso superior a 10 (dez) dias úteis na entrega dos materiais que compõem o software Microsoft SQL Server 2016 e os	3	<ul style="list-style-type: none">Rescisão contratual e multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da contratação.



respectivos dados necessários à formalização de sua licença		<ul style="list-style-type: none">• Suspensão do direito de licitar/contratar Administração Pública Federal por até 5 (cinco) anos• Declaração de Inidoneidade
Não cumprimento das datas agendadas para execução do treinamento	1	Aplicação de multa de 10,0% (dez por cento) ao dia sobre o valor total da contratação.
Atraso superior a 10 (dez) dias úteis nas datas agendadas para execução do treinamento	2	<ul style="list-style-type: none">• Rescisão contratual e multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato.• Suspensão do direito de licitar/contratar Administração Pública Federal por até 5 (cinco) anos• Declaração de Inidoneidade

6. ORÇAMENTO ESTIMADO

LOTE 01					
Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Vi. Unit (R\$)	Vi. Total (R\$)
1	Unidade com 2 (duas) licenças cada do software Microsoft SQL Server 2017 Standard, downgrade 2016, SKU: 7NQ-00187 - SQLSvrStdCore LicSAPk OLV 2Lic D 3Y AqY1 AP CoreLic, com Software Assurance por não menos que 3 (três) anos	Unid.	04	21.521,30	86.085,20
VALOR TOTAL ESTIMADO – LOTE 01 (R\$)					86.085,20

LOTE 02					
Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Vi. Unit (R\$)	Vi. Total (R\$)
1	Treinamento oficial Microsoft "20764 - Administering a SQL Database Infrastructure", em língua portuguesa, ministrado por instrutor com certificação Microsoft na carreira "MCSA: SQL 2016 Database Administration"	Unid.	01	18.479,00	18.479,00
VALOR TOTAL ESTIMADO – LOTE 02 (R\$)					18.479,00

6.1. Classificação Orçamentária:

a) Lote 01 – Item 01 – R\$ 86.085,20:

02.122.0571.4256.3474 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – no Município de Campinas-SP – APRECIACÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
Processo de Compra nº 579/2018-2

44.90.40 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
05 - AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PRONTO

b) Lote 02 – Item 01 – R\$ 18.479,00:

02.122.0571.4256.3474 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – no Município de Campinas-SP – APRECIÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO

33.90.40 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
20 - TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO EM TIC

7. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

7.1. O prazo de entrega dos itens é de até 10 (dez) dias úteis, a partir da data de recebimento da nota de empenho pela Contratada. A CONTRATADA deverá apresentar documentação comprovando o quantitativo de licenças de software adquiridas, bem como sua autenticidade e um conjunto de mídias contendo o software em português, em até 10 (dez) dias úteis a partir da data do recebimento, pela Contratada, da nota de empenho. A critério do TRT 15ª Região, esse conjunto de mídias poderá ser substituído pelo acesso ao devido site para a realização do download do software e/ou de suas atualizações.

7.2. Os itens deverão ser entregues na Coordenadoria de Atendimento ao Usuário, localizada na Rua Dr. Quirino, 1080, Centro de Campinas/SP, conforme item 3.2 deste Termo de Referência – Anexo I.

7.3. A Contratada obriga-se a executar o treinamento em datas e horários programados pela Contratante, que as formalizará através de e-mail, ocorrendo em período máximo de 3 (três) meses a contar da data do recebimento da Contratada da nota de empenho. O treinamento deverá ser presencial e ministrado na modalidade "in company", no endereço Rua Barão de Jaguara, 901, Centro - CEP: 13015-927 - Campinas/SP, ou em outro endereço, também na região central de Campinas/SP, indicado à época pela CONTRATANTE por e-mail.

8. PRAZO DE GARANTIA

O prazo de garantia mínimo do software, para suporte técnico, correções e atualizações da versão/release, deve ser de 03 (três) anos.

9. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1. O FORNECEDOR se compromete a cumprir as obrigações estabelecidas no subitem 3.1.2 deste Termo de Referência e se obriga, ainda, a:

01) Fornecer os produtos em conformidade com as especificações e no prazo exigidos neste Termo de Referência.

02) Não ceder ou transferir para terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto desta licitação, ressalvadas as hipóteses de transformação empresarial previstas no art. 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993, salvo se previamente autorizado por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério.

03) Observar as recomendações pertinentes, constantes do "Guia Prático para Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Contratações da Justiça do Trabalho", instituído pelo CSJT - Conselho Superior da Justiça do Trabalho (Resolução nº 103, de 25/05/2012), em especial as seguintes:



3.1) Comprovar, antes da efetivação desta aquisição, sob pena de cancelamento do ajuste:

- a) Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas à de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011; e
- b) Não ter sido condenado, o FORNECEDOR ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105.

10. RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

10.1. O FORNECEDOR será responsabilizado civilmente por quaisquer danos causados nas instalações, mobiliários, equipamentos e demais utensílios do TRT e pelo extravio de quaisquer documentos ou objetos, quando comprovados dolo ou culpa de seus empregados, devendo proceder imediatamente aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião do pagamento dos produtos adquiridos.

10.2. O FORNECEDOR responsabilizar-se-á pela qualidade e integridade dos produtos entregues, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.

11. OBRIGAÇÕES DO TRT

11.1. O TRT se compromete a cumprir as obrigações estabelecidas no subitem 3.1.1 deste Termo de Referência e se obriga, ainda, a:

- I - Permitir o acesso dos empregados do FORNECEDOR, devidamente identificados, nas suas dependências, para entrega dos produtos, nos horários estabelecidos;
- II- Efetuar, no prazo estabelecido neste instrumento, o pagamento dos produtos efetivamente fornecidos e recebidos definitivamente pelo Coordenador responsável.

12. PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

12.1. A Nota de Empenho será enviada via fac-símile ou correspondência eletrônica ao FORNECEDOR, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso o FORNECEDOR não possua aparelho de fac-símile ou endereço eletrônico, a Nota de Empenho deverá ser retirada junto à Coordenadoria/Seção emitente, no prazo de 1 (um) dia, contado a partir da convocação.

12.1.1. Caso o FORNECEDOR não confirme o recebimento da Nota de Empenho em 01 (um) dia, ou o faça após o prazo, será considerada a data de transmissão de um desses documentos para efeito de contagem de prazo de entrega dos produtos.

12.1.2. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pelo FORNECEDOR durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo TRT.



12.1.3. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho no prazo previsto, bem como a constatação de irregularidade fiscal, trabalhista e/ou previdenciária do FORNECEDOR, por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 1 % (um por cento) sobre o valor da adjudicação, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

13. RECEBIMENTO E PAGAMENTO DO OBJETO

13.1. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega dos produtos, atendidas as especificações constantes neste edital e apresentadas as respectivas notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, quando será emitido o termo de recebimento provisório, conforme dispõe o artigo 73, inciso II, alínea "a", da Lei n.º 8.666/93.

13.2. O recebimento definitivo ocorrerá em até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento provisório, quando será emitido o termo de recebimento definitivo, em consonância com o artigo 73, inciso II, alínea "b", da Lei nº 8.666/93, apresentada a respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, cuja conferência e atestação serão feitas pelo Coordenador responsável, por parte deste TRT.

13.2.1. No texto da nota fiscal ou nota fiscal/fatura deverão constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, a quantidade, a marca/modelo, os valores unitário e total, bem como o número do processo que deu origem à aquisição.

13.3. Na ocorrência de qualquer circunstância que desaprove o recebimento definitivo, o mesmo ficará pendente e o pagamento suspenso até o saneamento das irregularidades, sendo que durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa do FORNECEDOR, não incidirá sobre o TRT qualquer ônus, inclusive financeiro.

13.4. O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira do TRT, num prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei n.º 8.666/93, sendo o crédito providenciado por meio de ordem bancária, na conta corrente indicada pelo FORNECEDOR no processo licitatório.

13.4.1. Excepcionalmente, o pagamento poderá ser realizado por meio de fatura / boleto bancário que contenha código de barras. Neste caso, o referido documento deverá ser emitido pelo seu valor líquido, devendo constar em seu corpo o valor bruto da contratação, além dos valores dos tributos que serão retidos na operação (IR, CSLL, PIS / PASEP, COFINS, ISSQN, INSS).

13.4.2. No caso de divergência entre os valores lançados no documento pela empresa e aqueles que deverão ser retidos/recolhidos por este E. TRT, o pagamento se dará, obrigatoriamente, por depósito em conta corrente.

13.4.3. O pagamento mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que o FORNECEDOR efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

13.4.4. Na data de emissão da ordem bancária, o FORNECEDOR deverá possuir, devidamente válidos e atualizados, os documentos de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, ressalvadas as situações em que, comprovadamente, a indisponibilidade dos documentos seja decorrente de caso fortuito ou força maior.



13.4.4.1. Cessadas as situações de caso fortuito ou força maior, serão analisados os documentos do FORNECEDOR e, caso seja verificada irregularidade, o ajuste poderá ser rescindido por culpa da empresa vencedora, a critério do TRT, nos termos do item 14.6, com a aplicação das penalidades cabíveis.

13.4.4.2. No dia útil posterior ao da sua emissão, a ordem bancária de pagamento será remetida ao Banco do Brasil S/A - Posto de Atendimento do TRT. O período seguinte, até o efetivo crédito do valor na conta corrente do FORNECEDOR, refere-se aos trâmites interbancários.

13.5. No caso de atraso de pagamento, desde que o FORNECEDOR não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos, pelo TRT, encargos moratórios à taxa nominal de 6% A.A. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

13.5.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$;
onde:

EM=encargos moratórios devidos;

N=números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I=índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP=valor da prestação em atraso.

14. SANÇÕES

14.1. Ficam estabelecidas as seguintes multas sobre o valor dos produtos entregues em atraso, contadas a partir do prazo final definido neste Termo de Referência, as quais serão descontadas na fatura por ocasião do pagamento:

Atraso de até 2 (dois) dias úteis na entrega dos materiais que compõem o software Microsoft SQL Server 2016 e os respectivos dados necessários à formalização de sua licença	Aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor total da contratação.
Atraso entre 3 (três) dias uteis e 10 (dez) dias úteis na entrega dos materiais que compõem o software Microsoft SQL Server 2016 e os respectivos dados necessários à formalização de sua licença	Aplicação de multa de 1,0% (um por cento) ao dia sobre o valor total da contratação.
Não cumprimento das datas agendadas para execução do treinamento	Aplicação de multa de 10,0% (dez por cento) ao dia sobre o valor total da contratação.

14.2. As multas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por cancelamento do ajuste por culpa do FORNECEDOR, serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT.

14.2.1. Na ausência do pagamento das multas, o TRT poderá descontar o respectivo valor dos eventuais créditos do FORNECEDOR. Inexistindo crédito em favor do FORNECEDOR, os valores deverão ser por ele recolhidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por "Aviso de Recebimento - AR", sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.

14.3. A aplicação das multas estabelecidas no subitem 14.1, nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, não impede que o TRT rescinda unilateralmente o ajuste e/ou aplique as



demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei n.º 8.666/1993.

14.4. Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos ao FORNECEDOR o contraditório e a prévia defesa.

14.5. Se o FORNECEDOR não efetuar a entrega dos produtos que compõem o software Microsoft SQL Server 2016, e os respectivos dados necessários à formalização de sua licença, em até 10 (dez) dias úteis, poderá ensejar, por sua culpa, a rescisão do ajustado e multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da contratação, a suspensão do direito de licitar/contratar com a Administração Pública Federal por até 5 (cinco) anos, além de Declaração de Inidoneidade. Se o FORNECEDOR não executar o treinamento em até 10 (dez) dias úteis das datas agendadas, poderá ensejar, por sua culpa, a rescisão contratual e multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, a suspensão do direito de licitar/contratar com a Administração Pública Federal por até 5 (cinco) anos, além de Declaração de Inidoneidade.

14.6. A rescisão do ajuste por culpa do FORNECEDOR, por inexecução do ajustado ou pela não entrega dos produtos, implicará pagamento de multa de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total adjudicado ou dos produtos não entregues.

15. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

15.1. O fornecimento será acompanhado e fiscalizado pelo coordenador responsável, deste TRT.

15.1.1. A fiscalização de que trata este subitem não exclui nem reduz a responsabilidade do FORNECEDOR pelos danos causados ao TRT ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

16. TRANSFORMAÇÃO EMPRESARIAL, TRANSFERÊNCIA E CESSÃO DO FORNECEDOR

16.1. Ocorrendo as hipóteses de transformação empresarial previstas no artigo 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993, a presente aquisição poderá ser mantida com o FORNECEDOR, ou cedida ou transferida, mediante prévia autorização por escrito do TRT e a seu exclusivo critério, e desde que:

- a) O FORNECEDOR remanescente, ou o beneficiário da cessão ou da transferência, demonstre possuir as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;
- b) Não se verifique fraude à licitação.

No uso de minhas atribuições, APROVO o presente Termo de Referência.

Campinas, 03 de dezembro de 2018.

Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser
Diretor-Geral



ANEXO II AO EDITAL - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

1. Habilitação jurídica

a) PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO:

- Empresa individual: o registro na Junta Comercial;
- Sociedade empresária (que não as sociedades por ações): ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial;
- Sociedade por ações: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de documentos de eleição dos administradores;
- Sociedade simples: ato constitutivo inscrito no Cartório Civil (Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou Cartório de Registro de Títulos e Documentos), acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no Brasil: decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

1.1 as peças dos contratos e estatutos sociais apresentadas deverão ser suficientes para demonstrar as normas vigentes da sociedade, principalmente quanto a seu quadro societário, localização, objeto, forma de representação e representantes;

1.2 a apresentação de estatutos e contratos sociais consolidados dispensa a apresentação de documentos a eles anteriores;

1.3 é desnecessária a apresentação de alterações de estatuto ou contrato social que se refiram apenas a mudanças no capital da empresa, bem como alterações intermediárias que apenas expressem cláusulas que não estejam mais vigentes;

1.4 os documentos deste item "Habilitação jurídica" deverão ser referentes à matriz e, caso a unidade da empresa participante da licitação seja filial, deverão ser apresentados estatutos ou contratos sociais em que conste a criação da filial, assim como seu objeto, sua representação e sua localização.

2. Regularidade fiscal e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação.
- c) Prova de regularidade previdenciária e fiscal (federal, estadual e municipal).
- d) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), fornecido pela Caixa Econômica Federal.
- e) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho.

2.1. a regularidade fiscal deverá ser entendida de forma ampla, incluindo débitos inscritos e não inscritos na dívida ativa. No caso do fisco municipal, deverá ser comprovada, no que couber, a regularidade, tanto perante os débitos mobiliários como imobiliários.

2.2. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

2.3. caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação, conforme Art. 43 da LC 123/2006.

2.4. as empresas que possuírem credenciamento junto ao SICAF plenamente válido no dia da sessão e Declaração emitida por meio do SIASG/SICAF, poderão enviá-la, em substituição aos documentos referentes à Regularidade Fiscal Federal, Estadual e Municipal (alínea c).



2.5. caso a unidade empresarial a se habilitar seja filial, todos os documentos deste item "Regularidade fiscal e trabalhista" deverão a ela se referir. Excetuam-se as certidões emitidas para a unidade matriz que forem válidas para as filiais.

3. Qualificação econômico-financeira (Acórdão 891/2018 Plenário e Instrução Normativa nº 03/2018 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão)

3.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados de acordo com a Instrução Normativa nº 03/2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, devidamente registrados no órgão competente, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

3.1.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

3.2. Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

3.2.1. A empresa que apresentar resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverá comprovar patrimônio líquido ou capital social de acordo com valor estimado do lote, ou seja, mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil Reais).

3.3. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

3.3.1 Para empresas regidas pela legislação empresarial, certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da matriz da empresa.

3.3.1.1. Na hipótese de haver na sede da pessoa jurídica ou no domicílio da pessoa física cartórios que funcionem à revelia do distribuidor, destes também serão exigidas certidões negativas.

3.3.2. Para empresas constituídas como sociedades simples, não sujeitas à legislação comercial, certidão negativa de distribuição, expedida pelo distribuidor da sede da matriz da empresa, incluindo a negativa de insolvência.



3.3.2.1. Poderá ser apresentada certidão positiva de distribuição, desde que esteja acompanhada de certidões ou documentos emitidos posteriormente àquela certidão, que comprovem não se tratar de ações de declaração de insolvência.

3.4 A documentação exigida neste item "Qualificação econômico-financeira" deverá ser referente à matriz da empresa, mesmo que a unidade a se habilitar seja filial.

4. Qualificação técnica

4.1. Para comprovar sua qualificação técnica a empresa licitante deverá apresentar o seguinte documento:

- a) Apresentação de um ou mais atestados de comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e prazos com o objeto desta licitação, com a discriminação dos produtos fornecidos e respectivas quantidades, emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em quantidades de, no mínimo 50% do pedido neste processo de contratação.
- b) Apresentação de documento que comprove que a CONTRATADA está oficialmente cadastrada no site <https://www.microsoft.com/pt-R/solutionproviders/search?customFilters=curatedLists,learning> como Centro Autorizado de Treinamento ou apresentação de declaração da empresa Microsoft que comprove ser, a CONTRATADA, autorizada a ministrar os treinamentos, além de fornecer os cursos oficiais Microsoft.
- c) Apresentação de certificado do instrutor que ministrará o treinamento do item 02 – Lote 01 comprovando ser profissional certificado oficialmente pela Microsoft na carreira "MCSA: SQL 2016 Database Administration".

4.2. Caso solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), a licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) requisitado(s), apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram entregues os produtos.

4.3. Os documentos exigidos neste item "QUALIFICAÇÃO TÉCNICA" poderão se referir a qualquer unidade da empresa, matriz ou filial.

4.4. Em atendimento à previsão da IN 05/2017, anexo VII-A, os documentos previstos neste item poderão ser submetidos ao setor requisitante ou à área técnica deste Regional, para a devida manifestação.

5. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal

5.1. Declaração firmada pelo representante legal da empresa quanto ao uso de mão-de-obra de menor (Anexo IV).

5.2. Caso a unidade empresarial a se habilitar seja filial, o documento supra deverá a ela se referir.

TEMOS A ESCLARECER:

- os documentos apresentados deverão ser legíveis e em original, ou por processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por servidor da Administração, à vista da apresentação dos respectivos originais;
- não precisarão ser autenticadas as cópias de documentos e certidões cuja autenticidade possa ser verificada pela Internet;
- as certidões, quando nada dispuserem sobre sua validade, serão aceitas desde que expedidas nos seis meses anteriores à data de apresentação neste Tribunal;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
Processo de Compra nº 579/2018-2

- a ausência de qualquer dos documentos relacionados nos itens supracitados impossibilitará a habilitação da empresa no presente certame;
- o ramo de atividade da empresa deverá referir-se, obrigatoriamente, à unidade licitante e ao objeto deste Pregão;
- se os dados da unidade empresarial proponente não coincidirem com os dados da unidade cadastrada, o licitante será considerado inabilitado;
- as empresas que possuírem credenciamento junto ao SICAF plenamente válido no dia da sessão e Declaração emitida por meio do SIASG/SICAF, poderão enviá-la, em substituição aos documentos referentes à Regularidade Fiscal Federal, Estadual e Municipal;
- As empresas que possuírem cadastramento no Sistema Informatizado de Registro Cadastral (SIRC) do TRT da 15ª Região poderão enviar o Certificado de Registro Cadastral, plenamente válido no dia da sessão, em substituição aos documentos relacionados neste Anexo.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
Processo de Compra nº 579/2018-2

ANEXO III AO EDITAL - PROPOSTA ATUALIZADA

Informamos, a seguir, o **Valor Total do Lote** para a Aquisição de 4 (quatro) unidades, de 2 (duas) licenças cada, do software Microsoft SQL Server 2017 Standard, downgrade 2016, totalizando licenças para 8 (oito) cores, SKU: 7NQ-00187 - SQLSvrStdCore LicSAPk OLV 2Lic D 3Y AqY1 AP CoreLic, com Software Assurance por não menos que 3 (três) anos, e treinamento "Microsoft 20764 - Administering a SQL Database Infrastructure", conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I, parte integrante deste Edital.

LOTE 01					
Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Vi. Unit (R\$)	Vi. Total (R\$)
1	Unidade com 2 (duas) licenças cada do software Microsoft SQL Server 2017 Standard, downgrade 2016, SKU: 7NQ-00187 - SQLSvrStdCore LicSAPk OLV 2Lic D 3Y AqY1 AP CoreLic, com Software Assurance por não menos que 3 (três) anos	Unid.	04		
VALOR TOTAL - LOTE 01 (R\$)					

LOTE 02					
Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Vi. Unit (R\$)	Vi. Total (R\$)
1	Treinamento oficial Microsoft "20764 - Administering a SQL Database Infrastructure", em língua portuguesa, ministrado por instrutor com certificação Microsoft na carreira "MCSA: SQL 2016 Database Administration"	Unid.	01		
VALOR TOTAL - LOTE 02 (R\$)					

Proposta válida por 90 (noventa) dias.

DADOS DA EMPRESA

NOME DA EMPRESA: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____

ESTADO: _____

CEP: _____

TELEFONE: _____

FAX: _____

E-MAIL: _____

CNPJ: _____

BANCO: _____

Agência nº _____

Dígito nº _____

Conta Corrente nº _____

Dígito nº: _____



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
Processo de Compra nº 579/2018-2

Local e data:

Nome do representante legal da empresa
Carimbo da empresa licitante

Assinatura do representante legal da empresa



ANEXO IV AO EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÕES GERAIS

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, **DECLARA:**

I - para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ou emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

II - para fins do disposto na Resolução CSJT nº 103, de 25 de maio de 2012, não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105.

III - que não possui inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011.

IV - sob as penas da lei nº 6.938/1981, que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

V - que está ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), bem como das disposições da Resolução nº 103, de 25/05/2012, do CSJT.

VI - que está ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais **caso** exerça uma das atividades constantes no Anexo II da Instrução Normativa nº 31, de 03 de dezembro de 2009, do IBAMA.

VII - para fins do disposto no inciso VI do art. 2º da Resolução CNJ nº 7/2005, que não há em seu quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de magistrados ocupantes de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

VIII - que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital.

IX - que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

X - que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPnº 2, de 16 de setembro de 2009;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
Processo de Compra nº 579/2018-2

XI - que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

XII - que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Cidade / data.

Carimbo e assinatura do representante legal.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
Processo de Compra nº 579/2018-2

ANEXO V AO EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO ME/EPP

A empresa _____(razão social do licitante), com endereço na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o número _____ vem, pelo seu representante legal infra-assinado declarar, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e, que a Empresa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei.

Local e data: _____

Assinatura do Representante Legal